

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Apresentação:** Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (CCVM) do semestre findo em 30 de junho de 2016, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre a CCVM apresentou um lucro de R\$ 31.412 mil, correspondente a R\$ 4,16 por ação, sendo que no segundo semestre de 2015 apresentou lucro de R\$ 37.043 mil. Em 30 de junho de 2016, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 83,96 com aumento de 5,21% em relação ao semestre anterior. São Paulo, 19 de agosto de 2016 **A Diretoria**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)**

	2016	2015		2016	2015
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	1.979.931	943.640	<b>Circulante</b>	1.351.713	379.518
Disponibilidades (Nota 4)	2.575	862	<b>Outras obrigações</b>	1.351.713	379.518
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)</b>	576.179	579.259	Fiscais e previdenciárias (Notas 9 e 11)	18.164	19.707
Aplicações em mercado aberto	15.700	27.100	Negociação e intermediação de valores (Nota 8)	1.320.820	344.170
Aplicações em depósitos interfinanceiros	561.019	552.159	Diversas (Nota 9)	12.729	15.641
<b>Títulos e valores mobiliários (Nota 6)</b>	75.705	11.224	<b>Exigível a longo prazo</b>	6.891	12.467
Carteira própria	36.466	42	<b>Outras obrigações</b>	6.891	12.467
Vinculados à prestação de garantias	39.239	11.182	Fiscais e previdenciárias (Notas 9 e 11)	1.612	1.490
<b>Outros créditos</b>	1.324.700	352.037	Diversas (Nota 9)	5.279	10.977
Rendas a receber	474	3.421	<b>Patrimônio líquido (Nota 14)</b>	633.994	565.534
Negociação e intermediação de valores (Nota 8)	1.320.408	344.138	Capital social	395.622	395.622
Diversos (Notas 9 e 11)	3.218	4.478	De domiciliados no país	395.622	345.622
<b>Outros valores e bens</b>	232	258	Aumento de capital	-	50.000
Despesas antecipadas	232	258	Reservas de capital	578	573
<b>Realizável a longo prazo</b>	6.364	7.380	Reservas de lucros	206.882	132.892
<b>Outros créditos</b>	6.364	7.380	Lucros acumulados	31.412	36.447
Diversos (Notas 9 e 11)	6.364	7.380	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	1.992.598	957.519
<b>Permanente</b>	6.303	6.499			
<b>Imobilizado de uso</b>	6.303	6.499			
Imobilizado de uso (Nota 10)	5.624	5.624			
Outras imobilizações de uso	1.703	1.465			
(-) Depreciações acumuladas	(1.024)	(590)			
<b>Total do ativo</b>	1.992.598	957.519			

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO**

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária		
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	345.622	-	561	12	32.280	150.612	-	529.087
Aumento de capital (Nota 14)	-	50.000	-	-	-	(50.000)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	36.447	36.447
<b>Em 30 de junho de 2015</b>	345.622	50.000	561	12	32.280	100.612	36.447	565.534
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	395.622	-	561	17	35.955	170.427	-	602.582
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	31.412	31.412
<b>Em 30 de junho de 2016</b>	395.622	-	561	17	35.955	170.427	31.412	633.994

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2016**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Corretora foram aprovadas pela Administração em 19 de agosto de 2016. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

**3. Principais práticas contábeis:** (a) **Auração do resultado:** É apurado pelo regime de competência. (b) **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. (c) **Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. (d) **Permanente:** Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens, em até 20%. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 3.566, de 29 de maio de 2008, do CMN tem periodicidade anual e ocorre no mês de agosto de cada exercício. (e) **Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. (f) **Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. (i) **Passivos contingentes** – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) **Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre os quais não caibam mais recursos. (g) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme art. 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015, frente à alíquota de 15% utilizada em junho de 2015. O ativo diferido refere-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2016: (i) o crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1 de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015. (h) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem, quando aplicável, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. (i) **Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao patrimônio líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações, aprovado pelo BACEN. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao patrimônio líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da reserva de capital da Corretora. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 2.575 (2015 – R\$ 862) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 15.700 (2015 – R\$ 27.100) (Nota 5). **5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se a aplicações em operações compromissadas – posição bancada no valor de R\$ 15.700 (2015 – R\$ 27.100) e aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 561.019 (2015 – R\$ 552.159) realizadas com empresas do grupo com vencimento de julho de 2016 a janeiro de 2017 (2015 – julho de 2015 a janeiro de 2016).

**6. Títulos e valores mobiliários**  
(a) **Classificação e composição da carteira**

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado 2016	Valor de mercado 2015
<b>Títulos para negociação</b>				
Carteira própria	36.484	(18)	36.466	42
LTN	36.484	(18)	36.466	42
Vinculados a prestação de garantias	39.261	(22)	39.239	11.182
LFT	-	-	-	596
LTN	39.261	(22)	39.239	10.586
<b>Total da carteira de TVM</b>	<b>75.745</b>	<b>(40)</b>	<b>75.705</b>	<b>11.224</b>

**(b) Composição por prazos de vencimentos**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Carteira própria	6.136	30.330	36.466
Vinculados a prestação de garantias	-	39.239	39.239
<b>Total da carteira – 2016</b>	<b>6.136</b>	<b>69.569</b>	<b>75.705</b>
<b>Total da carteira – 2015</b>	<b>596</b>	<b>10.628</b>	<b>11.224</b>

**7. Instrumentos financeiros derivativos:** Em 30 de junho de 2016 e de 2015, a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

**8. Negociação e intermediação de valores**

	2016	2015
Caixas de registro e liquidação	897.957	691
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	422.451	1.320.129
Outras obrigações por negociação e intermediação	-	-
<b>Total</b>	<b>1.320.408</b>	<b>1.320.820</b>

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondentes às operações de compra/venda de ações e outros ativos financeiros por conta de clientes. Em "Devedores/credores - conta liquidação pendentes" estão registrados os valores a receber/pagar de clientes, correspondentes a ordens de compra/venda de ações e outros ativos financeiros. **9. Outros créditos e outras obrigações:** "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 3.959 (2015 – R\$ 3.736) (Nota 11 (a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 4.483 (2015 – R\$ 7.528) (Nota 13). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" referem-se, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre lucros no valor de R\$ 16.527 (2015 – R\$ 18.000) e provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 1.612 (2015 – R\$ 1.490) (Nota 11 (b)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 14.498 (2015 – R\$ 24.320), para despesas administrativas no valor de R\$ 827 (2015 – R\$ 1.081) e provisão para processos trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 863 (2015 – R\$ 809) (Nota 11 (b)). **10. Imobilizado de uso:** "Imobilizado de uso" está representado em 30 de junho de 2016 e 2015 por edificações, no valor de R\$ 2.904 e terrenos, no valor de R\$ 2.720. **11. Passivos contingentes e obrigações legais:** As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2016	2015	2016	2015
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais	3.608	3.427	1.612	1.490
Trabalhistas	31	13	543	514
Outras – taxa de fiscalização (Lei nº 7.940/89)	320	296	320	295
<b>Total</b>	<b>3.959</b>	<b>3.736</b>	<b>2.475</b>	<b>2.299</b>

**(b) Movimentação dos saldos patrimoniais**

	Fiscais e previdenciárias		Obrigações legais		Trabalhistas	Outras	Total 2016	Total 2015
	legais	Trabalhistas	Outras	Total				
<b>Saldo inicial</b>	1.551	529	308	2.388	2.799			
Despesas financeiras - juros	61	14	12	87	91			
Reversões	-	-	-	-	(571)			
<b>Saldo final</b>	<b>1.612</b>	<b>543</b>	<b>320</b>	<b>2.475</b>	<b>2.299</b>			

**(c) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes:** A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, que discutem a exigência de PIS com base nas ECs 01/94 e EC 10/96. Por representarem obrigações legais, os montantes envolvidos estão integralmente provisionados. Adicionalmente, a provisão considera processos sobre questionamento de contribuições previdenciárias sobre contribuintes individuais. A Instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem (i) a imposição de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 20.076 (2015 – R\$ 18.600) sobre ganhos decorrentes da desmutilização da Bovespa e BM&F e (ii) PIS e COFINS sobre receitas de exportação de serviços, para os anos de 2009 e 2010, no valor de R\$ 11.591 (2015 – R\$ 5.695). Os advogados responsáveis pela condução dos casos classificam seu risco de perda como possível. (d) **Ações trabalhistas:** Referem-se a ações trabalhistas contra a Instituição, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 745 (2015 – R\$ 688). **12. Receitas de prestação de serviços:** Referem-se, principalmente, a rendas de corretagem sobre operações realizadas na BM&FBovespa no valor de R\$ 44.374 (2015 – R\$ 41.787). Em 2015, a Instituição possuía rendas de administração de fundos de investimento no valor de R\$ 16.594. **13. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários:** A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2016	2015
<b>Diferenças temporárias</b>		
Contingências fiscais e depósitos judiciais	23	62
Contingências trabalhistas	243	206
Provisão de honorários advocatícios	353	425
Provisão para participação nos lucros	2.036	2.864
Unidade de ações restritas – RSU (Nota 3(ii))	1.811	3.962
Outros	17	9
<b>Total de créditos tributários - ativo</b>	<b>4.483</b>	<b>7.528</b>

No semestre foi constituído de crédito tributário de R\$ 30 (2015 – R\$ 49) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R\$ 5.334 (2015 – R\$ 3.511). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 4.483 é estimada em 47% no 1º ano, 17% do 2º ao 3º ano, 9% no 4º ano, 1% do 5º ao 7º ano, 2% do 8º ao 9º ano e 3% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 3.192 (2015 – R\$ 5.822). A Corretora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 30 de junho de 2016 e de 2015. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2016	2015
Resultado antes do IRPJ e CSLL	57.197	61.448
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(25.739)	(24.579)
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(37)	(418)
Outros	(9)	(4)
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos</b>	<b>(46)</b>	<b>(422)</b>
<b>Total da despesa de IRPJ e CSLL no semestre</b>	<b>(25.785)</b>	<b>(25.001)</b>

**A Diretoria**

Lucila Litwin - CRC 15P228413/O-3

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores e Acionistas  
**J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.**  
Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis** - A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa

auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016	2015
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	42.068	32.330
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	42.068	32.330
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	42.068	32.330
<b>Outras receitas operacionais</b>	15.129	29.118
Receitas de prestação de serviços (Nota 12)	44.857	59.491
Despesas de pessoal	(15.124)	(21.036)
Outras despesas administrativas (Nota 17)	(7.547)	(3.803)
Despesas tributárias	(6.482)	(6.467)
Outras receitas operacionais	398	1.255
Outras despesas operacionais	(973)	(322)
<b>Resultado operacional</b>	57.197	61.448
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	57.197	61.448
<b>Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)</b>	(25.785)	(25.001)
Provisão para imposto de renda	(11.373)	(13.457)
Provisão para contribuição social	(9.108)	(8.082)
Ativo fiscal diferido	(5.304)	(3.462)
<b>Lucro líquido do semestre</b>	31.412	36.447
<b>Quantidade de ações</b>	7.551.365	7.551.365
<b>Lucro líquido por ação no final do semestre - R\$</b>	4,16	4,83

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - (Em milhares de reais)**

	2016	2015
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido ajustado</b>	36.833	40.032
Lucro líquido do semestre	31.412	36.447
Ajuste ao lucro líquido:		
Ativo fiscal diferido	5.304	